

INDICADORES SOCIAIS: UM IMPERATIVO NO COTIDIANO DOS ASSISTENTES SOCIAIS ATUANTES NO PROCESSO DE GESTÃO

Ana Paula Santana GIROTO¹

Simone Tarifa da ROCHA²

Suzana Yuriko YWATA³

Valderes Maria ROMERA⁴

RESUMO: Este estudo busca discutir sobre a importância dos indicadores sociais no processo de gestão. Objetivou identificar se os assistentes sociais que atuam em projetos sociais, voltados ao idoso e à criança e adolescente no município de Presidente Prudente, utilizam os indicadores sociais no processo de gestão. O recurso metodológico utilizado foi: pesquisa de campo, tipo qualitativa de análise teórico empírica por meio de entrevista focalizada não estruturada e pesquisa bibliográfica. Realizou-se uma análise conceitual e uma breve trajetória histórica da gestão social. A discussão a cerca da utilização de indicadores sociais, toma corpo com o avanço da democratização, da pressão da sociedade civil por maior transparência nos gastos públicos e maior envolvimento da mesma, na busca pela garantia de direitos sociais. Fica evidente a necessidade do uso dos indicadores sociais como um recurso metodológico para a leitura e monitoramento da realidade, com fins a mudança da realidade social. O trabalho revela que a atualização profissional é imprescindível para a atuação e deve estar articulada com o compromisso ético-político da profissão e a real intenção de

¹ Este artigo foi construído a partir do trabalho de conclusão de curso das referidas autoras para a pós-graduação de Políticas Sociais e Processos de Gestão pelas Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente – SP. O material, na íntegra, encontra-se disponível na biblioteca da mesma instituição de ensino. Contatos: anagirotto@hotmail.com; sitarifa@yahoo.com.br e yuriywata@gmail.com.

² Este artigo foi construído a partir do trabalho de conclusão de curso das referidas autoras para a pós-graduação de Políticas Sociais e Processos de Gestão pelas Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente – SP. O material, na íntegra, encontra-se disponível na biblioteca da mesma instituição de ensino. Contatos: anagirotto@hotmail.com; sitarifa@yahoo.com.br e yuriywata@gmail.com.

³ Este artigo foi construído a partir do trabalho de conclusão de curso das referidas autoras para a pós-graduação de Políticas Sociais e Processos de Gestão pelas Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente – SP. O material, na íntegra, encontra-se disponível na biblioteca da mesma instituição de ensino. Contatos: anagirotto@hotmail.com; sitarifa@yahoo.com.br e yuriywata@gmail.com.

⁴ Mestre em serviço social, coordenadora da Faculdade de Serviço Social (Toledo de Presidente Prudente) e orientadora desta pesquisa.

oferecer serviços sociais com qualidade, pautados no aprimoramento intelectual e no desafio de superar as dificuldades constantes apresentadas pela própria realidade social.

Palavras-Chave: Indicadores Sociais. Estado. Gestão Social. Processos de Gestão.

DESENVOLVIMENTO

No Brasil, o tema “indicadores sociais”, se configura em uma discussão recente, porém, torna-se cada vez mais evidente a sua importância para o processo de gestão.

A utilização de indicadores sociais torna-se imprescindível, uma vez que se configura em “um instrumento operacional para monitoramento da realidade social para fins de formulação e reformulação de políticas públicas” (Jannuzzi, 2004, p. 15), que auxilia no trabalho de planejamento, implementação, execução, avaliação dos programas, projetos, serviços sociais.

Dada a relevância dos indicadores sociais para o processo de gerir o social, surge a necessidade de verificar qual é a importância dos indicadores para os assistentes sociais, atuantes no planejamento, execução e avaliação de serviços sociais.

Nesta perspectiva, o artigo apresenta dados sobre a pesquisa de campo realizada, assim como, a abordagem crítica dos dados obtidos e, ainda, a discussão referente à atitude dos profissionais frente ao tema, a construção dos indicadores sociais e a atualização profissional.

O Brasil é conceituado como um país pobre e desigual, onde a cada dia têm surgido novas demandas sociais. Em resposta a essas demandas são elaboradas políticas públicas que se manifestam por meio de programas, projetos e serviços sociais, um dos principais campos de atuação dos assistentes sociais.

Dentro deste contexto, os assistentes sociais possuem e desenvolvem

atribuições localizadas no âmbito da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas. Neste sentido, o assistente social deve estar apto para a utilização dos indicadores sociais, o que contribui para a sua ação profissional e, conseqüentemente, para a sociedade civil, beneficiada pelas políticas sociais.

INDICADORES SOCIAIS E O PROCESSO DE GESTÃO

O debate acerca da importância da utilização de indicadores sociais nos remete a uma discussão anterior referente à gestão social, processo presente em toda política pública manifestada por meio de programas, projetos, serviços sociais.

Gestão significa ato ou efeito de gerir. Por sua vez, Gerir expressa: ter gerência sobre; administrar, dirigir, gerenciar. Portanto, gestão exprime propor uma organização a uma determinada área ou campo de atuação.

Cabral⁵ (2006, p.43) entende,

[...] a gestão social como o processo de organização, decisão e produção de bens públicos de proteção social que, em um espaço público específico, provoca a sinergia dos elementos derivados do lugar relacional [...]. Assim, a gestão social se concretiza, perseguindo uma pressão institucional e articulando, formal e informalmente, os públicos constituintes, envolvidos na representação da questão social.

A gestão social não pode ser resumida a um simples sistema de gerenciamento, ela se apresenta de forma mais ampla e complexa, pois supõe uma postura filosófica, política e ideológica profundamente relacionada com a dimensão econômica, política e social. Nela é definida a direção, a natureza da ação que requer conhecimentos técnicos e administrativos e a capacidade para lidar com as

⁵ Cabral (2006) discute em seu artigo os atributos do conceito de espaço público não-estatal, aplicados a análise do Terceiro Setor brasileiro com o objetivo de abordar os desafios à gestão das suas organizações.

relações inter-pessoais, ainda, supõe a permanente análise dos contextos interno e externo. (Carvalho, 1999)

Em seu sentido mais amplo, se refere à esfera pública, em outras palavras, à “gestão das ações sociais públicas” como salienta Carvalho (1999, p.19). Desta forma, quando falamos em gestão social é preciso pensar em Estado, pois o seu modelo implica o modelo de gestão, ainda, gerir o setor público apresenta situações mais complexas do que a gerência no setor econômico.

A sociedade e seus fenômenos não são estáticos, genéricos e neutros, mas sim, um conjunto de relações criadas e recriadas num dado processo histórico, o que significa dizer que está em constante transformação, movimento, caracterizando cada contexto sócio-histórico e econômico e sua forma de gerir o social. A tendência da gestão social, hoje, é também uma consequência desse processo.

Assim, a gestão social refere-se a um processo contínuo e dinâmico que envolve ações de planejamento, execução e avaliação de serviços sociais e um compromisso de construir as respostas às necessidades sociais da população.

Deve ser desenhada e realizada, com fundamentação, para não comprometer a ação social demandada, visto que o indicador social permite o desenho de uma gestão social.

Neste sentido, o presente artigo discute a necessidade e o fundamento de um dos elementos indispensáveis ao processo de gestão social, o indicador social. Este, pode tornar-se instrumento de legitimação de objetivos, programas e projetos específicos, permite a mediação entre o planejamento e a ação.

O tema, indicadores sociais, apresenta-se ainda um pouco turvo e distante do cotidiano de muitos profissionais da área social, entre eles os assistentes sociais.

Os indicadores sociais possibilitam informações importantes, que nos permite avaliar a onde vamos, onde estamos e de que forma seguir, em relação aos valores e alcance dos objetivos previamente identificados.

Conforme Jannuzzi (2004), um indicador social é uma medida, em

geral quantitativa dotada de um significado social, utilizado para quantificar, substituir, operacionalizar um conceito social abstrato. É um recurso metodológico que informa algo sobre um aspecto da realidade social, é um instrumento programático operacional para planejamento, execução, monitoramento, avaliação de políticas públicas. Ou seja, de acordo com Bonadío (2003, p.129) compõem a agenda da política social como um referencial indispensável para a definição de prioridades e alocação de recursos.

Segundo Jannuzzi (2004, p.15),

Para a pesquisa acadêmica, o Indicador Social é, pois o elo de ligação entre os modelos explicativos da Teoria Social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados.

No dia-a-dia também somos orientados por indicadores. Por exemplo, se o ponteiro do nível do combustível do carro aponta para reserva, é um indicador de que devo procurar um posto para abastecer. Se o velocímetro marca uma velocidade acima da permitida naquela via, devo diminuir a pressão sobre o acelerador. (Caderno do Participante/Senac, 2006).

A partir desses exemplos, que encontramos no cotidiano de nossas vidas, podemos perceber também, que o velocímetro por si não traz a informação necessária para a mudança no processo – assim como na utilização de indicadores sociais – o motorista necessita ter conhecimento sobre qual realidade apresentada; a partir de uma leitura dinâmica, conseqüentemente, o número, antes apontado pelo velocímetro, obterá consistência direcionada por uma realidade.

Existem diversos adjetivos para caracterizar os indicadores: econômicos, sociais, gerenciais, de desempenho, processo, produto, de impacto, enfim indicadores não são simplesmente dados, números, eles nos permite conferir os dados de acordo com as questões postas na realidade social, ou seja, é uma atribuição de valor, números a situações sociais.

É importante lembrar que existe uma diferença entre indicador social e estatística pública, embora estes sejam interpretados corriqueiramente com o mesmo conceito.

Estatísticas públicas correspondem ao dado em sua forma bruta - por meio de números - são aqueles dados coletados em pesquisas como o Censo Demográfico, por exemplo, número de crianças na escola. Ou seja, não se encontra contextualizado em um debate dialético, com uma finalidade de formulação de políticas sociais. São representações advindas de um campo empírico ou de determinada realidade

Já os indicadores sociais apresentam conforme Jannuzzi (2004), um conteúdo informacional, um valor contextual baseado em uma Teoria Social, a exemplo de um indicador social podemos citar a taxa de analfabetismo – medida pela quantidade de indivíduos que não sabem ler/escrever pela quantidade da população com 15 anos ou mais. Não trata de uma simples junção de dados e sim da contextualização e interpretação dos conceitos operacionalizados.

De acordo com Rua (2004) os Indicadores são sempre variáveis, porém nem todas as variáveis são indicadores, pois enquanto medidas, os indicadores precisam ser definidos em termos operacionais, mediante as categorias pelas quais eles se manifestam.

Os indicadores diferenciam-se das estatísticas públicas pelo seu “valor conceitual” de informação disponível. Têm conteúdo informacional presente mais contextualizado e comparativo, tanto espacial como temporal, e podem ser expressos através de taxas, proporções, médias, índices, distribuição por classes e também por cifras absolutas. (BONADÍO, 2003, p.131)

Nesta perspectiva, os dados estatísticos são úteis para a construção dos indicadores, são matérias-primas para estruturar um indicador, conforme apresentado no Quadro I a seguir.

A disponibilidade de indicadores sociais para uso no diagnóstico da realidade social empírica, formulação de políticas, monitoramento das condições de vida da população, análise da mudança social está, pois condicionada à oferta e às características das estatísticas públicas existentes. (JANNUZZI, 2004, p. 37)

A idéia e debate sobre os indicadores sociais obtiveram substância científica na década de 1960 – apesar de constatar algumas contribuições na

década de 1920 e 1930 – buscava-se nesse período acompanhar as transformações sociais e avaliar as políticas sociais, quando tornou-se visível o abismo existente entre o Crescimento Econômico e o Desenvolvimento Social.

Hoje, os indicadores sociais são expressos usualmente, como taxa de desemprego, taxa de mortalidade infantil, taxa de analfabetismo, IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) são termos comumente utilizados por políticos, jornalistas, estudantes, pela população para avaliar as políticas públicas, verificar as condições de vida, além de argumentar, a partir da utilização dos mesmos, as prioridades sociais defendidas por determinada classe social. Ou seja, os indicadores sociais transcenderam às esferas técnicas, acadêmicas e os órgãos de planejamento público.

Segundo Jannuzzi (2004, p.11), os indicadores sociais passaram a integrar o vocabulário corrente dos agentes políticos responsáveis pela definição das prioridades das políticas sociais e alocação de recursos públicos, ganhando relevância na arena política de discussão.

O indicador social tem importante função exploratória no diagnóstico de situações concretas, na definição de metas prioritárias e no direcionamento das ações contínuas, na medida em que, com o uso constante de indicadores adequados, estes oferecem informações concretas para o conhecimento da realidade e orientam as ações, dando sustentação ao processo de gestão. Com a falta desse trabalho, ou do uso adequado dos indicadores, corre-se o risco de ignorar ou encobrir as projeções ideológicas e as ambições políticas subjacentes a muitos tipos de planejamento.

Em outros termos, os indicadores sociais atuam na mensuração dos avanços ou retrocessos nas condições de vida da população, direciona as prioridades sociais e aponta aos erros e acertos das políticas públicas. É um instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação das políticas sociais.

Em suma, o conhecimento e utilização dos indicadores sociais provém da compreensão do movimento da totalidade, da vida das sociedades, da postura política-ideológica de um programa, projeto social. Os indicadores sociais, no

processo de gestão, tornar-se-ão supérfluo se antes não realizarmos uma mediação entre o conhecimento sobre o conceito social a ser operacionalizado, interpretado e o contexto social, econômico em questão.

Assim, em um projeto social e em seu processo de gestão, o indicador social será tido apenas como um dado, um número, uma informação, se não compreendermos o conceito social a que ele se refere, pois o trunfo dos indicadores sociais é dar vida e visibilidade a um conceito abstrato e suas expressões.

Em razão da complexidade que envolve os processos de gestão, Bonadío (2003 p. 115), esclarece que essa gestão articula-se em três processos que compõem a gestão propositiva, executiva e avaliativa que se movem, concomitantemente, produzindo qualidade teórica, ético-política e técnica-operacional o que permite uma gestão com direção democrática e transformadora⁶.

Tais dimensões, embora cada qual com seu processo específico, se manifestam de forma interdependente que formatam e produzem uma determinada direção ético-política.

Cada momento do processo de formulação e implementação da política social requer o emprego de indicadores específicos, cada qual trazendo elementos e subsídios distintos para bom encaminhamento do processo (Jannuzzi, 2004 p.32).

OS INDICADORES SOCIAIS NO COTIDIANO PROFISSIONAL

Ante o objeto desta pesquisa, a problematização e o objetivo proposto, foram selecionados procedimentos e instrumentos considerados adequados para o desenvolvimento do trabalho, dentre os quais a pesquisa de campo – através da mediação entre a realidade empírica e a pesquisa bibliográfica.

Delimitou-se a pesquisa aos projetos sociais cujo público-alvo é

⁶ A autora explica que o sentido transformador do processo de gestão, neste caso, destina-se a modificação de determinados aspectos da realidade social por meio de produção de resultados e impactos sociais.

definido pelos seguintes segmentos: idoso e criança/adolescente. A escolha por esses segmentos se fundamentou na prioridade dos mesmos nos serviços públicos, além de dispor sobre a proteção integral ao idoso e à criança e ao adolescente.

Levantou-se o universo de 23 (vinte e três) assistentes sociais, sendo 17 (dezessete) delimitados a partir da Deliberação CMDCA nº034/2006 e nº 35/2006 e de organizações não-governamentais⁷ que participam da rede criança de Presidente Prudente e 06 (seis) registrados no Guia do Idoso Cidadão⁸.

Desse universo, apenas 05 (cinco) profissionais concordaram a participar da pesquisa, sendo 03 (três) atuantes com criança/adolescente e 02 (dois) com idoso, tais profissionais desempenham papel na coordenação, planejamento, execução, avaliação de um projeto social.

No anseio da característica qualitativa no estudo, buscou-se o desenvolvimento de análise teórico-empírica, para tanto, foram selecionados instrumentos e técnicas para auxílio e meio de verificação. Nesta direção, realizou-se a técnica de entrevista articulada à técnica de observação assistemática.

A entrevista do tipo não-estruturada caracterizada, mais precisamente enquanto entrevista focalizada, o que a partir de um roteiro padronizado o formulário apresentou a combinação de perguntas fechadas e abertas⁹. Os formulários foram enviados, também, via correio eletrônico para aqueles profissionais que não dispunham de tempo para conceder a entrevista. Os assistentes sociais foram orientados a não realizarem consultas para não intervir na análise dos dados.

⁷Levantamento realizado a partir do site:
<https://www.recriaprudente.org.br/quemsomos.asp#Quem%20compõe?>>

⁸ Editado pela Associação Educacional Toledo de Presidente Prudente.

⁹ Formulário disponível no Trabalho de Conclusão de Curso, disponível na Biblioteca das Faculdades Integradas “Antonio Eufrásio de Toledo” de Presidente Prudente.

DADOS COLETADOS NO PROCESSO DE PESQUISA DE CAMPO

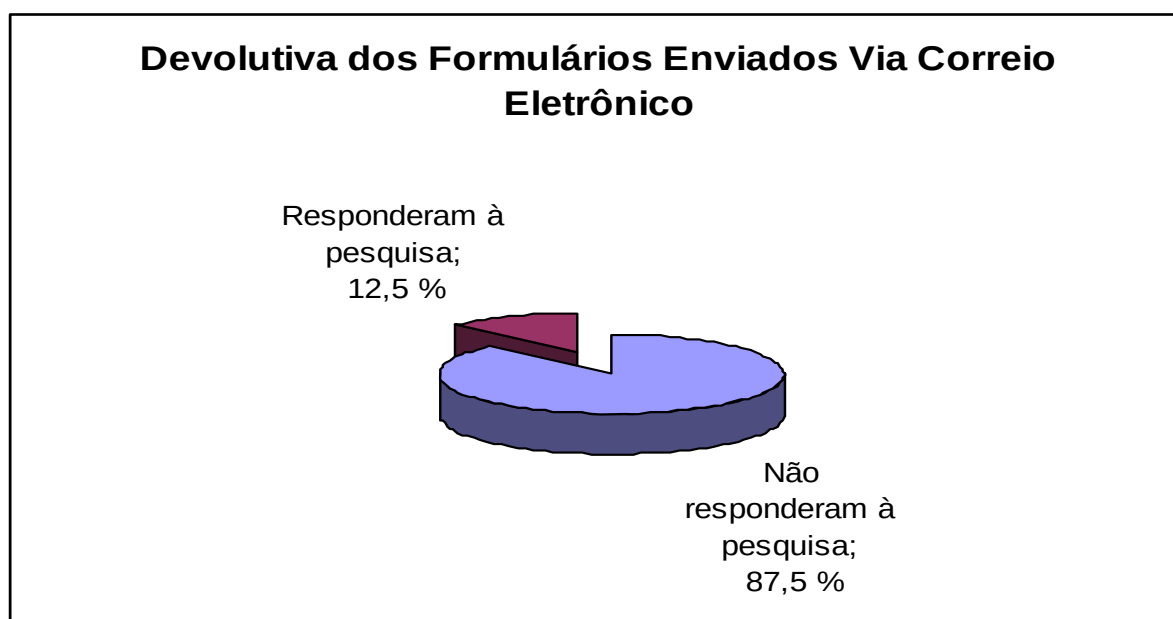
Os primeiros dados revelados no processo de pesquisa, registra-se anterior à entrevista e refere-se à atitude dos assistentes sociais diante do tema, como por exemplo:

Gráfico I



Fonte: Construído a partir de dados gerados em pesquisa de campo.

Gráfico II



Fonte: gráfico construído a partir de dados gerados em pesquisa de campo.

Ou ainda, a partir das falas que se seguem:

“Indicadores sociais? Então, estou sem tempo...” (ASSISTENTE SOCIAL que não concordou em conceder a entrevista)

“Vai ser difícil encontrar uma data livre...” (ASSISTENTE SOCIAL que não concordou em conceder a entrevista).

“Não tenho autorização para falar sobre o tema” (ASSISTENTE SOCIAL que não concordou em conceder a entrevista).

Nesta perspectiva, tais dados podem demonstrar uma manifestação da dificuldades em discutir seus conhecimento sobre o assunto, ou ainda, da disponibilidade em refletir sobre a utilização dos mesmos. – o gráfico I demonstra que, 21,73% aceitaram a conceder a entrevista e 78,25% não aceitaram a conceder a entrevista, esses dados coincidem com os dados apresentados pelo gráfico II, onde 12,5% responderam à entrevista e 87,5% não responderam à entrevista.

Porém, a afirmação acima pode gerar uma distorção, como se a responsabilidade pelo uso ou não dos indicadores sociais fosse de caráter pessoal. Embora, o dado dependa da ação individual, o presente estudo compreende que essa questão articula-se à competência do profissional e à realidade do processo de gestão, que apresenta-se dinâmico e complexo, ao mesmo tempo, em que a cultura conservadora predominante influencia no cotidiano profissional.

Ou seja, contraditoriamente, à defesa intransigente dos direitos sociais, autonomia, equidade intercedido pelos assistentes sociais, há uma realidade social conservadora, que impõe o individualismo e a alienação.

Barroco (2003, p.33) explica que, no contexto da sociedade capitalista, da apropriação privada dos meios de produção “o trabalho se realiza de modo a negar suas potencialidades emancipadoras”, onde os indivíduos que realizam o trabalho não se reconheçam como sujeitos “intervendo seu caráter de atividade livre, consciente, universal e social”.

O capitalismo cria as condições para que a moral se objetive predominante voltada apenas à singularidade dos indivíduos sociais, numa existência isolada das relações sociais que objetivam os sujeitos éticos. Embora a separação entre a moral pública e a privada faça parte do desenvolvimento da sociedade burguesa, as contradições daí resultantes tornam-se problemas a serem equacionados de modo a recompor formas de

integração social. Por um lado, a configuração jurídica da moral (no direito) permite que ela se desvincule aparentemente das relações de trabalho, o que possibilita que o salário e as condições de trabalho sejam regidos por interesses privados e excluídos de vínculos coletivos e de valores ético-morais tais como a solidariedade. (BARROCO, 2003, p.89-90)

Podemos constatar, como mais uma superação a ser realizada pelo profissional, a realidade contraditória em que ascenderam as políticas públicas. Ao mesmo tempo, em que elas atendem algumas reivindicações da classe trabalhadora, prestam, também, à manutenção da ordem vigente, afim de evitar transtornos à hegemonia da propriedade privada.

Iamamoto (2005, p.54) afirma que, o serviço social dispõe de um caráter contraditório – que não deriva dele próprio, mas decorrente das relações sociais nessa sociedade capitalista – nesta sociedade. “O Serviço Social inscreve-se em um campo minado por interesses sociais antagônicos, isto é, interesses de classes distintos e em luta na sociedade”.

Portanto, frente às contradições postas pela realidade social, pela ordem social-econômica vigente e pelo seu campo de trabalho, a primeira forma de superar o conservadorismo das ações nesta área é o conhecimento e é para isso que o assistente social deve lutar, para ampliá-lo, alcançando a sua autonomia e garantindo o compromisso profissional.

Apenas o engajamento político do cidadão profissional não é suficiente para diretamente dele derivar uma base teórica rigorosa. Aliás, é um velho ensinamento da política que embora a vivência da realidade provoque indagações para análise, a formação de uma consciência teórica que requer um trato rigoroso do conhecimento acumulado, da herança intelectual herdada. Portanto, o mero engajamento político, descolado de bases teórico-metodológicas e do instrumental operativo para a ação é insuficiente para iluminar novas perspectivas para o Serviço Social. (IAMAMOTO, 2005, p.55)

O PROFISSIONAL FRENTE À ENTREVISTA: OBSERVAÇÕES GERAIS

No decorrer da entrevista foram detectadas algumas atitudes que, a este estudo, se traduz em dados, dentre os quais:

Alguns dos entrevistados demonstraram **insegurança na fala e nervosismo**. Pôde-se observar expressões faciais e corporais de ansiedade e preocupação, além do estabelecimento de falas do tipo:

“Não sei dizer sobre indicadores...”. (ASSISTENTE SOCIAL¹⁰ entrevistada número 3).

“Ai meu Deus! E se eu não souber responder? [...] Se soubesse teria estudado antes para responder certo...”. (ASSISTENTE SOCIAL entrevistada número 1)

“Não tenho certeza do que seja um indicador”; “acho que é um dado, não é?”. (ASSISTENTE SOCIAL entrevistada número 4).

E assim por diante, enquanto outra parte se dispôs de uma aparente **tranqüilidade** revelando, assim, a familiarização com o tema e ciência de sua importância no cotidiano de trabalho.

“Ah! Os indicadores sociais são imprescindíveis a qualquer projeto, [...], eles dão vida ao dado e justificam a ação do projeto”. (ASSISTENTE SOCIAL entrevistada número 5).

Outra característica perceptível na coerência da formulação das respostas foi a **dificuldade** de alguns entrevistados em **conceituar os indicadores sociais**.

“Sei o que são indicadores, mas não consigo explicar...”. (ASSISTENTE SOCIAL entrevistada número 2).

¹⁰ As falas serão apresentadas conforme o número da entrevista concedida a fim de manter o sigilo e discrição quanto a identidade dos assistentes sociais entrevistados.

As falas e atitudes comprovam a necessidade de maiores discussões sobre o tema, visto que indicador social é um tema atual e que tem adquirido destaque no debate, sobretudo em relação às políticas públicas.

Mas será que os assistentes sociais, do universo definido para esta pesquisa, estão acompanhando esta discussão?

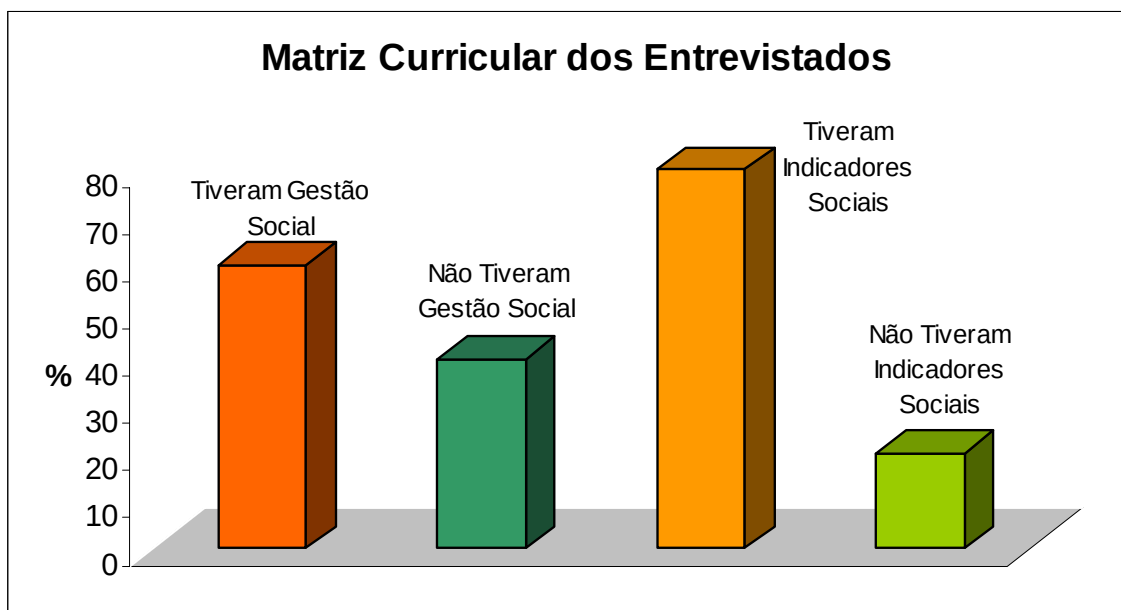
COMPROMISSO PROFISSIONAL E INDICADORES SOCIAIS

Já é de ciência que os indicadores sociais não mais estão presos e restritos à pesquisa, mas estão cada vez mais inseridos na sociedade, manifestados por meio da implantação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas sociais.

A utilização dos indicadores sociais, atrelado a outros meios e instrumentos, é imprescindível ao desenvolvimento de um 'bom' programa, projeto ou serviço. Aí é revelada a necessidade tanto do conhecimento quanto da utilização dos indicadores sociais, pois uma vez que se sabe o que é um indicador social, é sabido também, que o mesmo é indispensável no cotidiano das ações e dimensões do processo de gestão.

Nessa perspectiva, considerando a graduação o primeiro contato e conhecimento sobre o tema, o gráfico III apresenta a matriz curricular dos entrevistados, em relação a indicadores sociais e gestão social.

Gráfico III



Fonte: gráfico construído a partir de dados gerados em pesquisa de campo.

Dos entrevistados, 80% estudaram indicadores sociais em sua graduação e cerca de 60% tiveram gestão social.

“Tive indicadores sociais, mas sem profundidade” (ASSISTENTE SOCIAL entrevistada número 3)

“Estudei indicadores sociais, mas foi muito rápido.” (ASSISTENTE SOCIAL entrevistada número 4)

“Estudei gestão social na disciplina de planejamento” (ASSISTENTE SOCIAL entrevistada número 4)

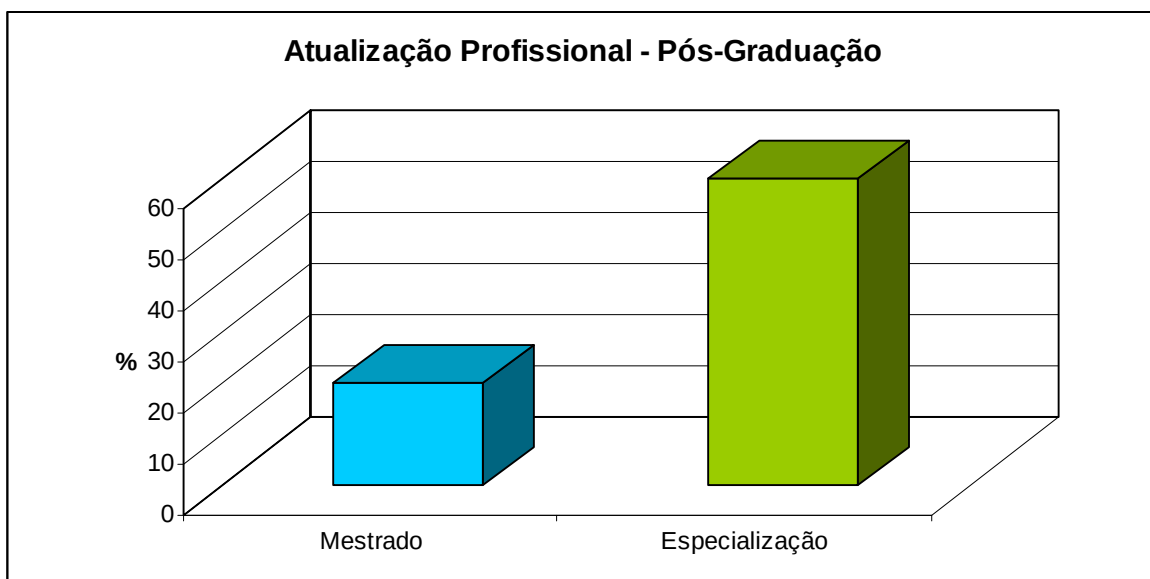
Embora o gráfico evidencie que 80% tiveram indicadores sociais na graduação, as falas revelam que a abordagem do tema não se esgota nesse período, o que nos remete a outra discussão, relacionado à atualização profissional.

A sociedade está em constante processo de transformação, a cada dia surgem novas demandas que exigem novos conhecimentos, métodos e técnicas capazes de responder adequadamente a tais demandas. Este é um dos principais motivos que impulsionam a necessidade da atualização profissional, inclusive dos assistentes sociais, que atuam em espaços contraditórios e em processo de

mudanças, entendendo a realidade dialeticamente, o que exige dos profissionais a realizar mediações.

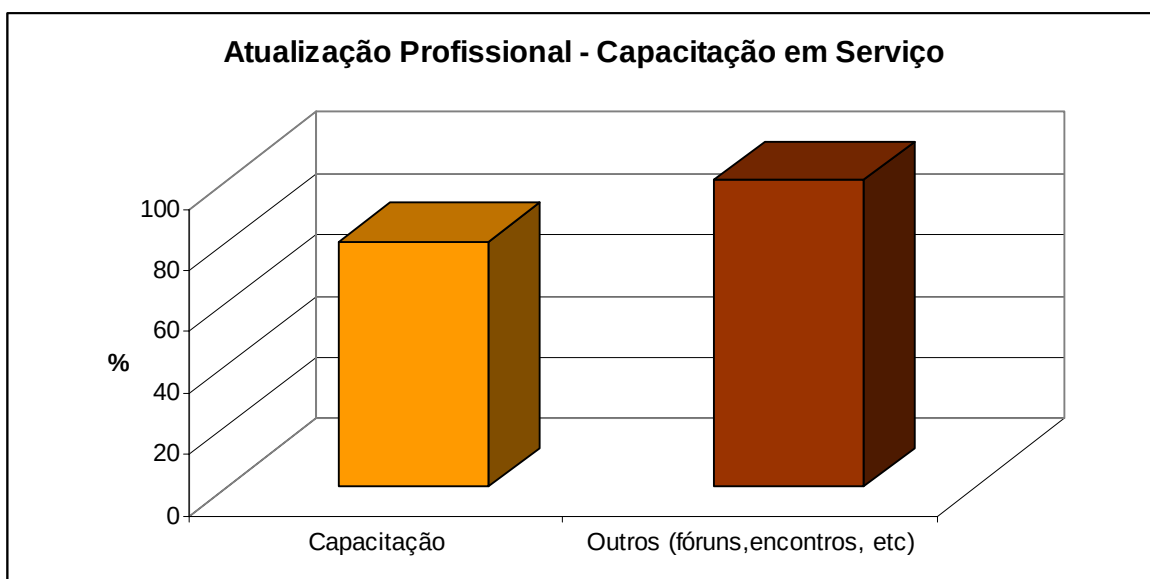
Os gráficos IV e V revelam a atualização profissional a partir de pós-graduação (mestrado e especialização) e de capacitação em serviço (capacitação e outros – fóruns, encontros, etc.)

Gráfico IV



Fonte: gráfico construído a partir de dados gerados em pesquisa de campo.

Gráfico V

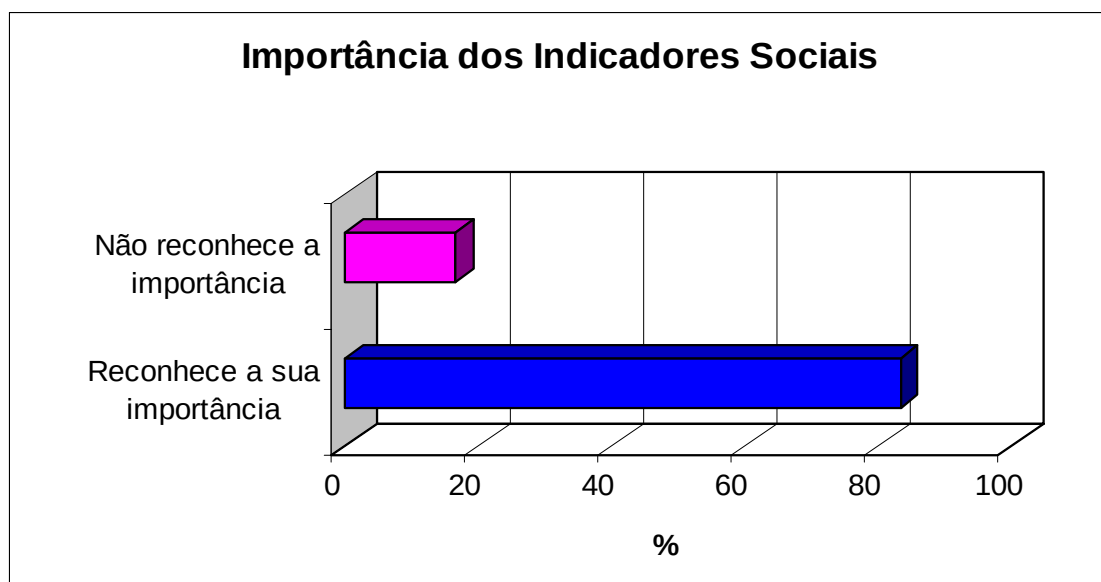


Fonte: gráfico construído a partir de dados gerados em pesquisa de campo.

Tais dados denotam que os profissionais entrevistados buscam algum tipo de formação que viesse a somar no desenvolvimento de sua ação profissional, quer na pós-graduação quer na capacitação em serviço. Esse seria, então, o momento a ser abordado amplamente sobre indicadores sociais. Porém, informações apresentadas a diante demonstram certa contradição.

Convém ressaltar que os profissionais entrevistados atuam diretamente no processo de gestão (planejamento, execução, avaliação), onde os indicadores sociais são de extrema importância, sobre essa discussão apresenta-se o gráfico VI:

Gráfico VI



Fonte: gráfico construído a partir de dados gerados em pesquisa de campo.

É visível, a partir desse quadro, que 80% dos profissionais reconhecem a importância dos indicadores sociais, sendo esse o primeiro passo para que eles venham a ser utilizados.

“Os indicadores sociais nos dão visibilidade, pode-se fazer produções científicas. [...] É fundamental a qualquer gestão de projetos.” (ASSISTENTE SOCIAL entrevistada número 5)

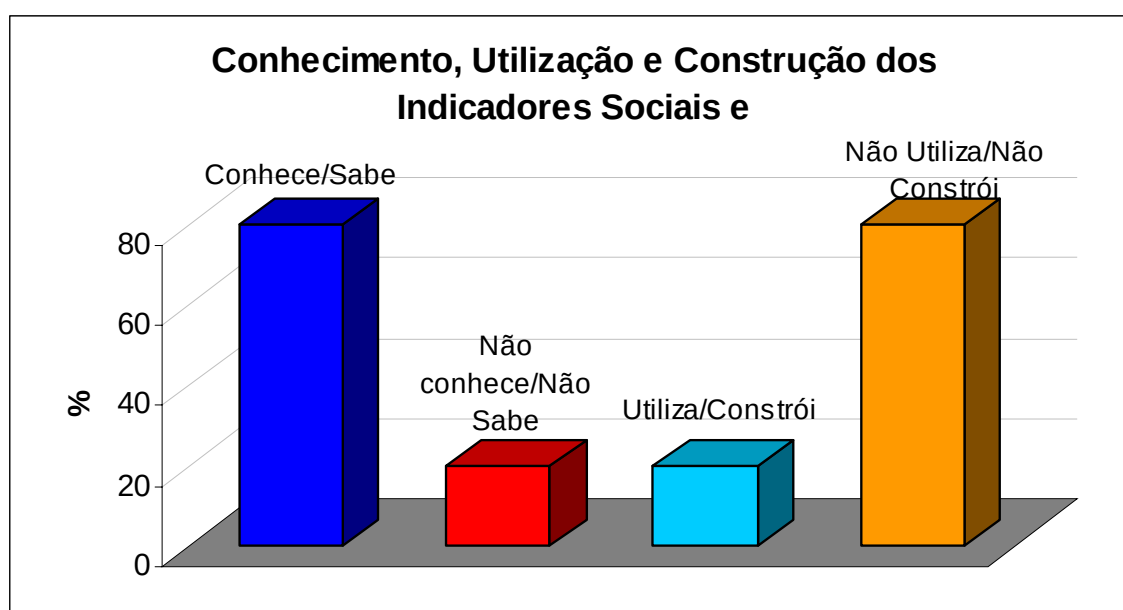
“Utilizo os indicadores sociais sempre, desde o início da justificava do projeto, até para convencer a sua importância. [...] Sem indicador é difícil justificar e conhecer.” (ASSISTENTE SOCIAL entrevistada número 5)

“Os indicadores sociais nos dão um norte. [...] São importantes para o alcance e desenvolvimento da missão da instituição. [...] Os indicadores

sociais dá um embasamento para o diagnóstico e para a execução do trabalho.” (ASSISTENTE SOCIAL entrevistada número 4)

Afirmações como essas reforçam que os assistentes sociais reconhecem a importância dos indicadores sociais. Porém, o gráfico VII, a seguir, evidencia uma contradição entre o (re) conhecimento da importância dos indicadores sociais e a utilização/construção dos mesmos.

Gráfico VII



Fonte: gráfico construído a partir de dados gerados em pesquisa de campo.

É explícita a contradição revelada no gráfico acima, pois a quantidade de profissionais que demonstraram conhecimento acerca dos indicadores sociais é exatamente idêntica à quantidade dos que não utilizam e não constroem.

Cabe ressaltar que não são, necessariamente, os mesmos entrevistados, uma vez que os 20% que utilizam/constroem podem fazer parte dos 80% que conhecem, bem como os 20% que não conhecem também podem pertencer ao grupo dos 80% dos que não utilizam.

“Sei o que são indicadores sociais e sua importância para o meu trabalho, mas até hoje ainda não utilizei.” (ASSISTENTE SOCIAL entrevistada número 2)

“[...] ainda não construímos, nem utilizamos nenhum indicador, mas sei que é importante para o nosso trabalho [...]” (ASSISTENTE SOCIAL entrevistada número 3)

“Pra falar a verdade, ainda não utilizamos indicadores de forma adequada, de sentar e defini-los [...], mas acredito que no próximo ano estaremos planejando melhor [...]” (ASSISTENTE SOCIAL entrevistada número 4)

A análise do gráfico VII e das falas que seguem, se trata da não construção dos indicadores sociais ou mesmo da construção incorreta, como notado abaixo:

“Construo os indicadores sociais através das entrevistas, da triagem [...] é no próprio cotidiano, não é?!” (ASSISTENTE SOCIAL entrevistada número 1)

“Construímos no acompanhamento que fazemos de cada adolescente, devemos levar em consideração tudo que acontece na vida dele [...]” (ASSISTENTE SOCIAL entrevistada número 3)

“Construo de forma muito particular, quando estou acompanhando algum caso [...]” (ASSISTENTE SOCIAL entrevistada número 4)

Constatamos que a construção dos indicadores sociais, nestes casos, não é feita a partir do entendimento de um conceito abstrato e da compreensão da realidade em que ela se insere, mas são considerados apenas os dados, os números que se expressam na rotina do trabalho.

Porém, devemos ter claro que a dificuldade demonstrada por alguns profissionais em construir indicadores sociais, deve-se não apenas à competência profissional, mas também, à complexidade da área social, além das políticas sociais se encontrarem num campo contraditório, inserido em um contexto capitalista, que busca a manutenção da realidade alienante e conservadora.

Embora as falas e gráficos (IV, V, VI) apresentados revelarem atualização profissional, a questão dos indicadores sociais ainda é um tema que necessita ser aprofundado nos campos de estudo. Nesse sentido, faz-se a relação com o gráfico VII e as falas que seguem – que demonstram a não construção e utilização dos indicadores sociais -, pois apesar da participação em capacitações, os profissionais não sabem construí-los e nem utilizá-los.

A partir daí, indagamos: que tipo de capacitação os assistentes sociais estão participando? Que tipo de assuntos e conhecimentos essas capacitações abordam? Pois, sendo, os indicadores sociais, um tema de indispensável relevância para a política social deveria ser abordado nas capacitações oferecidas, considerando-as responsáveis por contribuir para a qualidade e formação profissional.

O que estas capacitações têm representado a estes profissionais, isto é, articulam o conhecimento adquirido com o trabalho desenvolvido? Ou, estariam sendo um meio para acumulação de certificados e/ou o cumprimento de uma exigência da instituição contratante de seus serviços.

Nesses casos, conhecer e não utilizar pode ser interpretado como uma negação da importância dos indicadores sociais, o que nos remete novamente ao campo das contradições postas entre o conhecimento e sua articulação com a ação no campo das políticas sociais.

Pode-se questionar ainda: a qual direção está sendo conduzida a sua atuação, enquanto profissional que visa à emancipação e transformação social, em especial dos que desenvolvem funções no planejamento, execução ou avaliação, ou em todo processo de gestão?

Dos princípios fundamentais estabelecidos no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, destacam-se dentre outros, o reconhecimento da liberdade como valor ético central; a defesa intransigente dos direitos humanos; posicionamento em favor da equidade e justiça social; o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.

Neste sentido, o assistente social deve ser compromissado com a categoria, com ele mesmo e, sobretudo com o usuário de seu serviço. O próprio caráter investigativo da profissão impulsiona ao acúmulo e atualização do conhecimento a fim de colocá-lo em prática em favor da qualidade dos serviços prestados, como prevê a ética do serviço social.

Render-se ao comodismo e a negação frente à competência no processo de gestão e, assim, à construção de indicadores sociais, bem como outros

temas relevantes à atuação profissional, sem dúvida, é um desrespeito aos princípios fundamentais da profissão.

Entretanto, há que reafirmar que este processo encontra-se em construção, apresentando-se complexo, contraditório e permeado de condicionamentos, cabendo ao Assistente Social, entregar-se ao comodismo, desrespeitando os compromissos coletivos de profissão ou, então, vencer os desafios postos à profissão, por meio de competências e conhecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado levantou-se que as políticas públicas não podem ser elaboradas sem o devido embasamento teórico-empírico, isto é, com fundamentos concretos na realidade social e apreensão desta, de modo que o assistente social deve estar preparado para utilização de ferramentas necessárias para sua ação e conseqüentemente, para a população a quem é destinada essas políticas sociais.

Tais ações interventivas, em sua maioria, fazem parte de serviços sociais prestados por meio de projeto e programas sociais, que devem ser geridos de forma a construir respostas profissionais às demandas da população.

Sabe-se que o Brasil é um país marcado pela desigualdade social, onde a cada dia emergem novas demandas sociais. Também é sabido, que a luta entre capital e trabalho e as pressões sociais por mudanças, estiveram presentes em todo seu processo histórico. A força política de sujeitos coletivos, inclusive de profissionais compromissados com direitos sociais que conseguem colocar necessidades sociais na agenda pública, também é parte desta história de perdas e raras conquistas.

O enfrentamento da questão social torna-se então, uma luta constante, envolvendo vários sujeitos e instituições, com vistas a garantia de direitos dos cidadãos.

Todos estes fatores tornam-se determinantes no processo de constituição e execução das políticas sociais. E nesta complexa dinâmica, está inserida a gestão social, como um processo de organização, decisão e produção de benefícios públicos de proteção social.

O processo de gestão, portanto, se caracteriza como um compromisso com os cidadãos, se constituindo com informações e dados concretos para não comprometer a ação esperada. Não deve se resumir apenas em um simples sistema de gerenciamento, mas supõe novas formas de organização de serviços e idéias, que relaciona dialeticamente o político, o econômico e o social, com articulações diversas em um único objetivo; dar respostas eficientes, eficazes e efetivas às necessidades sociais.

Esta pesquisa evidencia a ação dos indicadores sociais, dentro deste processo, como um imperativo no processo de gestão social.

Dada a importância do indicador social no cotidiano da gerência social, a questão é colocada para a análise da realidade profissional de assistentes sociais que atuam em projetos ou programas sociais de atendimento a criança, adolescente e pessoa idosa, no município de Presidente Prudente.

Neste momento da pesquisa, constatou-se uma série de reflexões sobre o tema, pois os dados demonstram que o assunto indicador social, não é uma novidade em termos de conceito. Porém, trata-se de algo recente, ainda pouco utilizado, justificado pelas entrevistas como algo complexo de construir, o que de fato é uma realidade, considerando a complexidade das políticas sociais.

Mesmo dominando o conceito e até a importância a cerca da utilização dos indicadores, muitos profissionais demonstram insegurança ao articular o indicador com a gestão cotidiana.

É evidente que após a conceituação dos Indicadores Sociais, torna-se fácil perceber a importância dos mesmos para o trabalho do Assistente Social. A dificuldade está em construí-los – ou ousando dizer – no compromisso dos profissionais com a superação de práticas espontâneas, assistemáticas ou reprodutivas e criam processos de gestão baseado em conhecimentos e instrumentos com vistas ao sucesso de suas ações.

Os indicadores sociais embora possam ser também um instrumento de controle, são um dos elementos que contribuem para uma gestão democrática, preocupada com a construção de respostas profissionais que atendam às demandas sociais e aí está o desafio do assistente social tomar posse desse instrumento na dimensão ético-político profissional.

Esse fato revela que, além do compromisso ético-político do assistente social, em assumir as bases teórico-metodológica oferecidas pela sua graduação como fundamentais à sua atuação profissional e, assim, agir convenientemente com as demandas apresentadas, também, identifica a necessidade da atualização constante desses profissionais, para estarem sempre aptos a trabalhar com as ferramentas necessárias para o alcance das metas propostas, de forma a propor respostas na mesma velocidade em que se avolumam as necessidades sociais.

Neste sentido, os cursos de capacitação também têm dever apresentar este compromisso de oferecer instrumentos e conhecimentos que contribuam para a atualização e qualificação do profissional.

Assim, sem deixar esgotar o assunto, é sabido que os assistentes sociais têm desafios constantes, portanto, cabe aos mesmos estacionar perante a dificuldade que a própria realidade apresenta ou desafiar a realidade, a fim de transformá-la com o conhecimento que se busca.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social**: intencionalidade e instrumentação. 2.ed. São Paulo: Veras Editora; Lisboa: CPTIHTS, 2003.

BARROCO, Maria L. Silva. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BOBBIO, Norberto. **Ensaio sobre Gramsci e o conceito de sociedade civil**. São Paulo: Paz e Terra S/A, 1999.

_____ (et al). **Dicionário de Política**. 2.ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.

BONADÍO, Valderes M. Romera. **As Propostas de Avaliação da Política Social da região Administrativa de Presidente Prudente**. 2003. Dissertação (Mestrado)- Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2003.

BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara A. P. (Org.). **Política social e democracia**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

CABRAL, Eloísa H. de Souza. Espaço público e controle para a gestão social no terceiro setor. **Serviço Social e Sociedade**, SP: Ano XXVII, n.86, jul. 2006. p.30-55.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. Gestão Social: alguns apontamentos para o debate. In: RICO, Elizabeth de Melo; DEGENSZAJN, Raquel Raichelis (org). **Gestão Social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC; IEE, 1999. p. 19-29.

CORREIA, Maria Valéria da Costa. **A relação Estado/Sociedade e o controle social: fundamentos para o debate**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, ano 25, n. 77, mar. 2004. p. 148-175.

CRESS. Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais. Resolução CFESS nº 273/93. In: **Legislação Social: cidadania, políticas públicas e exercício profissional**. 2. ed. Curitiba: CRESS 11ª Região – PR, 2005 p. 13-25.

DIAZ, Elias. **Estado de Direito e Sociedade Democrática**. Lisboa: Iniciativas Editoriais Lisboa, 1972.

DOWBOR, Ladislau. A gestão social em busca de Paradigmas. In: RICO, Elizabeth de Melo; DEGENSZAJN, Raquel Raichelis (org). **Gestão Social: uma questão em debate**. São Paulo: EDUC; IEE, 1999 – p. 31 – 42.

_____. **Gestão Social e transformações da sociedade**. 2001. Disponível em: <<http://www.vanzolini.org.br/seminariosp2000/dowborpdf>> . Acesso em: 23 de setembro de 2006.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Tensões contemporâneas entre o público e o privado**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Global, 1984.

HOBBS, Thomas. **Da primeira e segunda leis naturais e dos contratos**. In: _____. **Leviatã: ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

JANNUZZI, Paulo de Martinho. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 3 ed. Campinas: Editora Alínea, 2004.

KLIKSBERG, Bernardo. **O Desafio da Exclusão**: para uma gestão social eficiente. São Paulo: FUNDAP, 1997.

MALAGODI, Edgard. **O que é o materialismo dialético**. 1.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PEREIRA, Potyara A. P. Questão Social, Serviço Social e Direitos de Cidadania. **Temporalis**. Brasília: ABEPSS, Grafile, Ano 2, n. 3, p. 51-61, 2001.

REDE CRIANÇA. **Organizações Não-Organizações**. Disponível em: <<https://www.recriaprudente.org.br/quemsomos.asp#Quem%20compõe?>>. Acesso em: 18 de agosto de 2006.

RUA, Maria das Graças. **Desmistificando o problema**: uma rápida introdução ao estudo dos indicadores. Mimeo, 2004. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/csepl/introduindicadores>>. Acesso em: 18 de setembro de 2006.

Senac São Paulo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. Senac Penha. **Programa Formatos Brasil (São Paulo, SP) Caderno do Participante/Senac São Paulo**. São Paulo: Senac, 2006.

SCHONS, Selma Maria. **Assistência Social entre a ordem e a “dês-ordem”**: mistificação dos direitos sociais e da cidadania. São Paulo: Cortez, 1999.

SERRA, Rose M. S. **Crise da Materialidade no Serviço Social**: perspectiva no mercado profissional. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Ademir Alves da. As relações Estado-sociedade e as formas de regulação social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA; UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Capacitação em serviço social e política social**: módulo 2: reprodução social, trabalho e serviço social. Brasília: Ed. da UnB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 1999. p. 56-72.

SINGER, Paul. Alternativas da Gestão Social Diante da Crise do Trabalho. In: RICO, Elizabeth de Melo; DEGENSZAJN, Raquel Raichelis (org). **Gestão Social**: uma questão em debate. São Paulo: EDUC; IEE, 1999. p. 55-66.

WILHEIM, Jorge. O Contexto da Atual Gestão Social. In: RICO, Elizabeth de Melo; DEGENSZAJN, Raquel Raichelis (org). **Gestão Social**: uma questão em debate. São Paulo: EDUC; IEE, 1999 – p. 43-54.